



Quanta[®]
CONSULTORIA

jaime lerner
arquitetos associados



modelar
a metrópole

OFICINA REGIONAL MODELAR A METRÓPOLE – SÃO GONÇALO

13 de julho 2016 – Escola Estadual Adino Xavier
CULTURA

RELATÓRIO SÍNTESE

O presente relatório descreve os principais destaques da Oficina Regional do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado, realizada no dia 13 de julho em São Gonçalo.

O tema em debate foi **CULTURA**. Logo abaixo, no anexo 2, é possível acessar todas as respostas apresentadas para a Visão de Futuro e as Ações Relevantes para alcançá-la.

Esta oficina, em especial, visa dialogar com os artistas, produtores culturais, gestores públicos, pesquisadores e fazedores da cultura. Da mesma forma que ocorreu em Nilópolis, as atividades se concentrarão em três eixos com o intuito de analisar os novos desafios e oportunidades para o setor cultural.

A discussão em torno da **Expansão Econômica** apresentou uma visão da necessidade de prover espaços para formação artística, técnica e empreendedora, de forma a desmistificar as dificuldades de ordem administrativa para os produtores culturais e artistas, aplicando novas metodologias tanto presenciais quanto a distância. O objetivo desse olhar é instrumentalizar os agentes culturais sobre a importância do aspecto econômico da cultura e como esse olhar pode garantir uma ampla democratização da produção, circulação e consumo de bens culturais consistentes mediante parcerias público-privadas.

Algumas sugestões para a execução deste sonho são: estimular a abertura e formalização de novos empreendimentos, proporcionando incentivos fiscais para eles e criação de incubadoras em todos os municípios; facilitar a comercialização de produtos culturais; regulamentar os mecanismos legais de incentivo à cultura em caráter de continuidade transformando políticas de governo em políticas de Estado; incentivar a criação de espaços desenvolvedores da cultura



Quanta[®]
CONSULTORIA

jaime lerner
arquitetos associados



makers, estimulando a participação criativa da população na produção cultural de sua região, cultivando as redes colaborativas e a inteligência coletiva.

No eixo **Centralidades e Ordenamento Territorial** foi exposto a importância de se legitimar as praças e ruas como espaços de arte, garantindo a circulação das diferentes manifestações culturais bem como, eliminar a burocratização e impedimento dessas produções atuarem nesses espaços públicos. Outro ponto destacado, trata do intercâmbio que deve ser promovido entre o público e as manifestações nesse território metropolitano.

Foi também discutido o valor de se pensar as periferias como espaços de cultura, não apenas como abastecedores dos grandes centros, sendo necessário que essa lógica seja invertida mediante reconhecimento através de maior incentivo econômico e midiático dessas produções. E para alcançar tais objetivos foram sugeridas as seguintes ações: uma legislação para as atividades artísticas de rua em todos os municípios com a facilitação e a otimização, menor burocracia para obter as licenças necessárias com a criação de um órgão único; espaços adequados do ponto de vista arquitetônico, ambiental e de acessibilidade; melhoria da mobilidade urbana e criação e manutenção de mecanismos de mapeamento cultural ou banco de dados feito de forma colaborativa.

Por último e não menos importante, no eixo **Patrimônio Natural e Cultural** foi muito enfatizado questões acerca da valorização dos bens patrimoniais, de ordem material ou imaterial; valorizar a memória da identidade plural, coletiva e autodesignada atuando como uma força propulsora capaz de apontar diretrizes para o futuro. Porém, esta valorização precisa de iniciativas do poder público através de seus gestores, envolvendo a sociedade civil de modo que ela se sinta corresponsável por esses patrimônios.

Algumas ações para implementar essa visão metropolitana sobre o patrimônio são: formação de redes sustentáveis e polifônicas de colaboração intersetoriais entre cultura, educação, saúde, ambiente e desenvolvimento; criação, ocupação, manutenção de espaços culturais tombados ou não onde a população possa administrar e desenvolver suas próprias

atividades de forma livre e definir seu uso; criação de instrumentos participativos para eleição das referências culturais locais.

FOTOS







Quanta[®]
CONSULTORIA

jaime lerner
arquitetos associados



ANEXO 1 - Formulário utilizado na oficina

Modelar a metrópole

Detalhando a visão do futuro

**1 - Como deve ser a Cidade Metropolitana em 2040, considerando o papel da Cultura na sua construção?
O que não pode faltar nos seguintes eixos temáticos:**

Expansão econômica (territórios criativos); Centralidade e Ordenamento Territorial e Patrimônio Cultural, Ambiental.

• Escreva uma frase que contenha aspectos relevantes sobre a Cidade Metropolitano que deseja em 2040 (para cada eixo):



Quanta[®]
CONSULTORIA

jaime lerner
arquitetos associados



Modelar a metrópole

Detalhando a visão do futuro

1 – A Expansão Econômica e a formação de Territórios

Criativos desejados para a metrópole do Rio em 2040 são?

2 – Quais são os caminhos e ações fundamentais para alcança-los em 2040? Indique-os:



Quanta[®]
CONSULTORIA

jaime lerner
arquitetos associados



Modelar a metrópole Detalhando a visão do futuro

1 – As Centralidades e o Ordenamento Territorial desejados para a metrópole do Rio em 2040 são?

2 – Quais são os caminhos e ações fundamentais para alcança-los em 2040? Indique-os:



Quanta[®]
CONSULTORIA

jaime lerner
arquitetos associados



Modelar a metrópole Detalhando a visão do futuro

1 – O Patrimônio Natural e Cultural desejados para a metrópole do Rio em 2040?

2 – Quais são os caminhos e ações fundamentais para alcança-los em 2040? Indique-os:



Quanta[®]
CONSULTORIA

jaime lerner
arquitetos associados



ANEXO 2 - Respostas do formulário da oficina.

As respostas dos formulários foram agrupadas em 3 temas e o conteúdo versa sobre dois aspectos: Visão e Ações relevantes. Os temas foram organizados da seguinte forma:

- 1 – Expansão econômica,**
- 2 – Centralidades e Ordenamento Territorial,**
- 3 – Patrimônio Natural e Cultural**



Quanta[®]
CONSULTORIA

jaime lerner
arquitetos associados



1 – EXPANSÃO ECONÔMICA E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS CRIATIVOS

VISÃO

No atual cenário de avanços tecnológicos, é importante que a dimensão cultural da Metrópole estabeleça um elo com uma visão libertadora, criativa e inovadora. Para isso, a Metrópole deve incentivar o desenvolvimento de espaços makers para estimular a criatividade e a produção de inovações.

A Metrópole deve contemplar as diferentes culturas que compõem a tradição, bem como as novas culturas que estão se desenvolvendo. Assim, a Metrópole deve expressar os diversos segmentos sociais em sua produção material e simbólica, valorizando o multiculturalismo e abrindo caminhos para uma visão de cultura como um elemento edificador da união e respeito entre as pessoas a partir da valorização e proteção da liberdade de expressão.

Uma região metropolitana que se conheça e se reconheça, na qual os agentes culturais criem uma rede de parcerias.

Redução de impostos para agentes econômicos que atuem na área cultural.

Democratização do acesso a incentivos oriundos de leis estaduais e municipais de apoio à cultura.

Uma Metrópole acessível, na qual a concentração de renda e de equipamentos e bens culturais não seja tão forte, desigual e injusta como é o cenário atual da região metropolitana do Rio.

Uma Metrópole na qual haja realmente um plano diretor que busque alcançar manifestações e ritos culturais também das minorias, e, principalmente dos diversos povos da região do Rio de Janeiro.

Deve ser um local onde suas atividades culturais sejam integradas e onde todos tenham as mesmas oportunidades para acesso à cultura; que não tenhamos bairros mais privilegiados que outros onde a população valorize e se aproprie de seus equipamentos culturais.

Que a cultura e a educação possam trabalhar de forma mais harmônica para a formação de cidadãos que pensem o conhecimento como um fator econômico.

A expansão econômica e a formação de territórios criativos, podem ser desenvolvidas através de espaços de formação cultural que visem a melhoria das atividades culturais, tendo em vista a

qualidade do “bem cultural” produzido, visando sua contínua comercialização. Deve-se buscar não só a apropriação das atividades culturais como também do patrimônio cultural material e imaterial metropolitano, podendo-se atribuir valor ao mesmo, através da atividade turística, por exemplo.

Apresentar e propor após estudos territoriais em cada município, políticas públicas de cultura que mobilizem a toda sociedade, e que possa chegar até o mesmo. Aceitarmos que a cultura é um instrumento transformador e a geração de emprego e renda.

Acredito que com investimento na área de educação em junção com a cultura possamos atrair as próprias cidades vizinhas a se interligarem já como rotina. Teríamos os setores públicos e privados atuando na mesma diretriz, onde a responsabilidade e valorização seriam igualitárias, seríamos uma metrópole com direitos e deveres respeitados com organização e planejamento.

A população terá mais participação e colaboração com o quadro social, devido a constante atualização e motivação alavancada com o resultado de ações que as políticas públicas deverão oferecer, como maiores e melhores oportunidades. Trabalhar constantemente a parceria privada-público, entenderem a linguagem de maximização de responsabilidade social.

As escolas em suas esferas deverão estar funcionando de maneira mais integrada e com mais opções ou orientações aos jovens e sua preparação

O desenvolvimento maior será na aceitação do papel fundamental do cidadão, de ser responsável pela diferença no quadro social. Entendimento de que os problemas em uma área refletem nas demais, e por consequência formação de grupos por áreas, a fim de fiscalizar o comprometimento e participação pública.

O principal problema hoje se dá pela falta; falta de oportunidades e informação. Trabalhando em cima destas questões, os problemas poderão ser mais facilmente superados e o quadro será de maior participação e quanto maior participação, melhor e mais rápido recebemos os resultados.

Governança e Integração beneficiando o cidadão à plena qualidade e vida de forma participativa para uma cultura de gerações.

Gerar renda através da cultura aumentando o acesso a mesma.

Investimento numa maior integração entre a educação e a cultura.

Acesso igualitário a formação artística e empreendedora

A Metrópole deverá proporcionar de forma igual o acesso a profissionalização de toda cadeia produtiva da cultura, não apenas na parte artística, mas também de seu processo produtivo e de geração de renda. Por outro lado, a expansão econômica gerada através do desenvolvimento sustentável dos empreendimentos criativos, além de gerar renda e sustento dos produtores culturais elevará a oferta de cultura em toda Metrópole.



Quanta[®]
CONSULTORIA

jaime lerner
arquitetos associados



Construção de governança pública e privada que viabilizem a igualdade, o respeito aos direitos humanos e o acesso igualitário a cultura priorizando os mínimos sociais.

Valorização das cidades do interior desenvolvendo e investindo no turismo para geração de trabalho e renda para diversos setores.

Integração dos municípios para desenvolvimentos de atividades em conjunto, exemplo: eventos

Um território criativo desejado é aquele onde as culturas tenham como parceira a iniciativa privada.

AÇÕES RELEVANTES

Desenvolver o turismo baseado em patrimônios materiais e imateriais

Estimular a abertura e formalização de novos empreendimentos com incentivos fiscais e implantação de incubadoras.

Facilitar a comercialização de produtos culturais.

Promover atividades culturais nas escolas

Investir em projetos que estimulem a criatividade

Criar ações culturais dentro dos equipamentos culturais

Integrar o planejamento estratégico da educação e cultura

Criação de espaços de formação cultural, artística, técnica e empreendedora em vários pontos da região de forma centralizadora.

Desmistificar as dificuldades administrativas diárias do produtor dando acesso a metodologias mais práticas presenciais ou à distância.

Realizar estudos territoriais de cultura de cada cidade.

Promover projetos de circulação de atividades culturais pelas comunidades de baixa renda.

Promover ações de formação de plateia eficientes que fidelizem o público.

Investimento na educação voltada para o desenvolvimento da cultura local e para a formação da identidade local.

Valorização dos agentes e produtores locais, culturais

Criar incentivos fiscais.

Gerar clusters de conhecimento e desenvolvimento.

Atrair grandes empresas de impacto e valor

Formação e educação diferenciadas

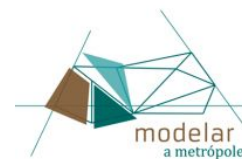
Reter os principais protagonistas culturais em nossa cidade ou estado.

Promover capacitações para democratizar o acesso à execução de projetos culturais.



Quanta[®]
CONSULTORIA

jaime lerner
arquitetos associados



Incentivar maior participação das empresas privadas através de parcerias entre público e privado.

Criar programas que valorizem, resgatem e protejam as diversas identidades culturais das diferentes regiões que formam a Metrópole, implementando maior integração entre as secretarias reduzindo hiatos de informações, comunicação e projetos.

Regulamentar os mecanismos legais de incentivo à cultura em caráter de continuidade, transformando a política de governo em política de Estado.

Reduzir as desigualdades no acesso à informação, à produção cultural e ao desenvolvimento/implementação de projetos culturais.

Incentivar a criação de espaços desenvolvedores da cultura makers, estimulando a participação criativa da população na produção cultural de sua região, cultivando as redes colaborativas e a inteligência coletiva

2- CENTRALIDADES E ORDENAMENTO TERRITORIAL

VISÃO

Cumprimento do artigo 215 e 216 da Constituição Brasileira, para o pleno exercício e efetivação do direito à cultura, já lavrado na carta magna.

Distribuição mais equânime do/no território, com oferta e acesso da cultura, para todos.

Uma cidade metropolitana mais plenamente cultural para todos; uma cidade mais acolhedora culturalmente.

Pensar o ordenamento territorial até 2040 implica em lidar com a inversão ou transformação do circuito de difusão cultural (que originalmente partia do “centro” para a “periferia”), onde a “periferia” será o “locus” de criação, alimentação, os então chamados “centros” culturais.

O “território” pode ser compartilhado por grupos culturais de base “identitária” (tradicionais ou emergentes) ou pelos chamados “grupos de interesse”, que partilham práticas ou hábitos culturais no mesmo território: ciclistas, skatistas, performers, etc. O território deve se deixar atravessar pelos fluxos identitário e pelos hábitos culturais.

Modelar uma Metrópole com uma visão de médio prazo – menos de uma geração – é um desafio que deve ser inaugurado a partir do enfrentamento do tripé da maldade (deformação profissional): mobilidade, especulação imobiliária e coleta de lixo.



Quanta[®]
CONSULTORIA

jaime lerner
arquitetos associados



Apesar da proposta inicial deslocar as ações concretas para um segundo momento, considero fundamental buscar as grandes questões que irão determinar, conseqüentemente como será a Metrópole que queremos daqui a 15 anos.

Tentando ser mais pedagógico, me valho aqui de um ponto de discussão recorrente sobre o tema da descentralização de oferta de “equipamentos culturais”.

Os conceitos clássicos de urbanismo que a meu juízo dão conta das questões práticas cotidianas, alocam espaços específicos para atividades idem.

Mapeamento e reconhecimento cultural de cada território.

Na minha opinião a cultura local deve ser reforçada, um exemplo: a cidade de São Gonçalo tem uma forte cultura de matriz africana.

Mobilidade urbana melhorada.

Site reunindo produtores culturais e profissionais da área.

Em uma zona metropolitana que possui a cidade do Rio, as cidades vizinhas podem ser ofuscadas. É relevante pensar a descentralização dos espaços e equipamentos culturais.

Equipamentos polivalentes.

A periferia abastecendo os grandes centros, reconhecimento como locais de cultura.

Que haja um maior intercâmbio entre as manifestações e público no espaço territorial – Metrópole.

Reconhecimento dos espaços públicos (como praças ruas, etc.) como espaços de arte.

AÇÕES RELEVANTES

Incentivo econômico e midiático das periferias como locais culturais.

Melhorias da mobilidade urbana (melhorias dos transportes públicos) exemplo: apoio de empresas de transporte público.

Melhorar a comunicação (acesso digital) ações em rede.

Legislação para atividades artísticas de rua em todos os municípios.

Facilitação/Otimização (menor burocracia), para obter as licenças necessárias – órgão único - Espaços adequados do ponto de vista arquitetônico, ambiental e de acessibilidade.

3 – PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL

VISÃO

Caminhos que integrem e colaborem para a contínua manutenção do patrimônio histórico, através de produções culturais (formações, ações)

Impulsionar o desenvolvimento dos patrimônios e entorno de equipamentos culturais, implantando por exemplo, novos sistemas de transportes e infraestrutura urbana, criando espaços democráticos e diminuindo as diferenças no acesso à cultura.

O tombamento das antigas cerâmicas de Itaboraí.

O tombamento de vários patrimônios históricos/culturais do município de Itaboraí que ainda não foram reconhecidos.

O incentivo à pesquisa, visitação e promoção do parque paleontológico de São José.

Pesquisa, produção e valorização das memórias e histórias locais (identidades/diversidade cultural)

Envolver os indivíduos em todo processo na produção – promover a formação de jovens/agentes culturais criativos, produtores, políticos)

Acesso a integração: comunicação, roteiro, programação, acessibilidade, passes, transporte, mobilidade)

Criação de espaço onde o jovem possa administrar, fomentar e desenvolver suas próprias atividades de forma livre.

A cultura como valorização da memória e identidade para a população metropolitana é uma força potencializadora na construção de uma noção de reconhecimento e autodeterminação para traçar suas diretrizes para o futuro.

O patrimônio cultural é onde o indivíduo se reconhece como parte da coletividade e ao mesmo tempo se diferencia, formando sua identidade. Deve ser plural, coletivo e autodeterminado.

Conservação, manutenção e valorização dessas culturas são essenciais.

Que o estado material das matrizes africanas seja ocupado como espaços culturais.

Que a cultura seja o instrumento de transformação de comportamento e que a cultura afro tenha o verdadeiro valor do que nosso povo deixou, principalmente no imaterial com igualdade que é intangível e não reconhecido como tal. Mais cultura, menos violência.

Que o presente de Iemanjá seja um patrimônio imaterial de São Gonçalo, já que existe a custódia do negro sem o Brasil, mas não existe a custódia do Brasil sem a história do negro

A cultura deve emergentemente de ser aplicada no modo educativo em escolas, tratando desde a infância e a adolescência. Não declarando que não seja exercida pela terceira idade e sem declarar que deve de ser plantada uma nova forma de vida contribuída pela educação cultural para que em 2040 não tenhamos que punir os adultos em prisões carcerárias.

A desejada harmonia entre os vários municípios da área metropolitana acontecerá a partir das trocas mais amplas dos aspectos mais relevantes para cada um e não como acontece ainda e agora, com cada sinal fechado em seus limites territoriais sem dar conhecimento ou sem a participação dos demais.

A valorização do patrimônio natural e cultural precisa partir de iniciativas do gestor público, que envolva a sociedade civil, ações do gestor na área de atuação das instituições da sociedade civil.

Respeito e valorização das relações étnico-raciais no que tange a cultura e a educação, implementado de fato, as leis existentes no ordenamento jurídico.

Valorização dos mantenedores do patrimônio cultural disponibilizando acesso a recursos públicos e privados para que estes tenham a oportunidade de viver/sobreviver dos bens culturais de natureza imaterial de que são detentores. Não só os recompensados pelo Estado, mas todos os demais.

Na valorização do patrimônio natural acreditamos na busca de parcerias entre cultura, educação, esporte, lazer e meio ambiente como o propósito de se criar diversas ações/programas com vistas à preservação do patrimônio cultural natural, para que não tenhamos “outras” Baías de Guanabara.

Implementar/impulsionar o patrimônio natural (material, imaterial, natural, local e regional), envolvendo e formando os indivíduos para a pesquisa, a produção e a valorização das suas próprias referências culturais e identidades.

Visão ecossistêmica metropolitana do futuro integralizando à cultura, o ambiente, a economia e relações sociais através de práticas sustentáveis como escola aberta e espaço socializador, como instrumento de crescimento intercidades e humano através do fomento intersetorial cultural e natural.

Catalogado, defendido e divulgado, dotado de recursos, planejado e avaliado.

Que os espaços materiais de matriz africana sejam ocupados, reconhecidos, valorizados e protegidos pelo Estado como patrimônio de cultura afro em todas as suas expressões materiais e imateriais.

Valorização da memória e identidade que seja plural, coletiva e autodeterminada. Que haja como uma força potencializadora capaz de traçar suas diretrizes para o futuro.

Ocupação dos espaços de educação formal e não formal pelos povos e comunidades tradicionais, culturas populares, políticas culturais para a juventude, de forma a expor a sua história e a sua essência, nos territórios da região metropolitana.

Valorizar e revelar os bens patrimoniais naturais do território metropolitano.

AÇÕES RELEVANTES

Implantação de novos sistemas de transporte e infraestrutura urbana integrada criando novos espaços culturais democráticos e diminuindo as diferenças no acesso à cultura.

Discutir o direito à cidade como pressuposto da cidadania nas escolas públicas e redes de ensino do Leste Fluminense.

Manutenção do patrimônio; os bens tombados e registrados deverão compor com áreas de proteção ambiental roteiros permanentes (turísticos, históricos, culturais, naturais) agregando municípios afins.

Formação de redes sustentáveis e polifônicas de colaboração intersetoriais entre cultura, educação, saúde, ambiente e desenvolvimento.

Investimento de 2% dos recursos financeiros estaduais para fomento cultural, inclusive com soma de captação de recursos municipais.

Acessibilidade física, atitudinal e social integrando o ser, o saber e a cultura como veículo.

Ações pedagógicas visando a divulgação de eventos e respeito ao patrimônio.

Estímulo a visitas dos bens culturais (museus, parques, etc.)

Captação de recursos públicos e privados com destinação específica para conservação do patrimônio.

Criação de grandes eventos de repercussão nacional e até internacional.

Tombamento do espaço físico das matrizes africanas em São Gonçalo com a manutenção física de responsabilidade do governo para não resultar em abandono devido à importância, além do material, da memória ancestral de nosso povo que também se manifesta como etnoturismo e educação. Ferramenta na luta contra o preconceito e a intolerância religiosa, apesar de não se limitar ao campo da fé.

Criação, ocupação e manutenção dos espaços culturais tombados ou não, onde a população possa administrar e desenvolver suas próprias atividades de forma livre, definindo seu uso.

Efetivação do encurtamento [burocrático] dos espaços não tombados, reconhecimento dos espaços culturais de maneira facilitada quanto ao diálogo com os órgãos públicos.

Criação de instrumentos participativos para eleição dos referenciais culturais locais.

Implementação dos planos de cultura das três esferas.

Implementação das leis correlatas na área da cultura como: 13.018/14 (Cultura Viva); 12.343/10 (PNC); 10.639/03; 11.645/08; Decreto 6.040/07; 12.288/10 (EIR).

Estrutura de rede entre os municípios fomentando uma parceria entes públicos e privados.